

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 505.815 - MG (2019/0113256-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : MAURENIO CLEMENCIA PEGO
ADVOGADO : PAULO VICTOR DE PINHO MIRANDA - MG183639
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. POSSE OU PORTE DE ARMA DE USO RESTRITO. ALEGAÇÃO DA DEFESA DE SER DEVIDA A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. Como a instância ordinária entendeu estar cabalmente comprovada a prática do delito previsto no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, as razões recursais implicam supressão de instância, além de demandar o reexame fático-probatório.

2. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 04 de junho de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator